

## Produção intencional de desinformação por meio de *fake news* no governo Bolsonaro: desmonte das universidades federais brasileiras

## The intentional production of disinformation through fake news in the Bolsonaro government: the dismantling of Brazilian federal universities

Caroline Lievore  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Ponta Grossa – Brasil  
[carolievore1@gmail.com](mailto:carolievore1@gmail.com)

José Roberto Herrera Cantorani  
Instituto Federal de São Paulo – IFSC – Registro – Brasil  
[cantorani@yahoo.com.br](mailto:cantorani@yahoo.com.br)

Priscila Rubbo  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Pato Branco – Brasil  
[rubbo.priscila@gmail.com](mailto:rubbo.priscila@gmail.com)

Maria Eduarda Lievore  
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – Ponta Grossa – Brasil  
[madulievore1@gmail.com](mailto:madulievore1@gmail.com)

Luiz Alberto Pilatti  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Ponta Grossa – Brasil  
[lapilatti@utfpr.edu.br](mailto:lapilatti@utfpr.edu.br)

### Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar os ataques feitos por meio de *fake news* pelo grupo do presidente Bolsonaro contra as universidades federais brasileiras. Trata-se de um estudo qualitativo que, em função dos procedimentos técnicos, caracteriza-se com estudo de caso. O corpus de pesquisa foi constituído matérias jornalísticas contendo falas do presidente Jair Bolsonaro e seus ministros da Educação e Economia em relação as universidades federais e aos servidores públicos. O procedimento analítico utilizado foi a análise do conteúdo. Constatou-se a existência de um discurso, propagado por *fake news*, de que a universidade é ineficiente, não produz conhecimento e desperdiça dinheiro público construído pelo governo Bolsonaro. Conclui-se que as *fake news* são um mecanismo amplamente utilizado no projeto ultraneoliberal de Bolsonaro para a privatização do ensino superior e desescolarização do população brasileira.

**Palavras-chave:** fake news, universidades federais brasileiras, governo Bolsonaro.

### Abstract

This study aims to analyse the attacks against Brazilian federal universities through the creation of fake news by President Bolsonaro's allies. This is a qualitative case study, and the analytical procedure used was content analysis. The research corpus consists of news articles containing statements by President Jair Bolsonaro and his Ministers of Education

and Economy relating to federal universities and civil servants. We identified a discourse constructed through fake news by the Bolsonaro government that portrays universities as inefficient institutions that do not produce knowledge and waste public money. We conclude that fake news is a widely employed mechanism in Bolsonaro's ultra-neoliberal plan to privatize higher education and support the unschooling of the Brazilian population. **Keywords:** fake news, Brazilian federal universities, Bolsonaro government.

## 1. Introdução

Desde a campanha para a presidência do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, declarado apoiador da ditadura militar de 1964, anticomunista e detentor de perfil profascista, fez diversas manifestações contrárias aos direitos das minorias, liberdades democráticas e organização dos trabalhadores (CASTILHO; LEMOS, 2021; MACHADO, 2020). A vitória nas urnas do ex-deputado do baixo clero por quase três décadas aconteceu com uma retórica de extrema direita, e foi alicerçada por pessoas de costumes ultraconservadores e pensamento econômico ultraneoliberal (SILVA, 2021).

O quase inexistente Plano de Governo de Bolsonaro para a educação, sem propostas, se resumia em críticas como: “mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” e “um dos maiores males atuais é a forte doutrinação” (BOLSONARO, 2018). Por meio do Programa Escola Sem Partido, Bolsonaro objetivava “inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula” e “expurgar a ideologia de Paulo Freire”, defendendo o ensino à distância (BOLSONARO, 2018).

Após a eleição, as universidades federais brasileiras também passaram a receber ataques sucessivos do grupo que assumiu a presidência da república (AMARAL, 2019; LEHER, 2021). Sustentados em pós-verdades e *fake news*, as investidas eram pautadas nas ideias do intelectual orgânico do primeiro momento do núcleo familiar de Bolsonaro, Olavo de Carvalho, e eivados de fundamentos da novíssima direita (SILVA, 2021).

Os ataques vieram acompanhados de declarações difamatórias dos quatro ministros que passaram pela pasta da educação no governo Bolsonaro.

O primeiro ocupante do cargo foi o teólogo e professor colombiano naturalizado brasileiro Ricardo Vélez Rodríguez, que permaneceu no cargo entre 1º de janeiro de 2019 e 8 de abril de 2019. Indicado por Olavo de Carvalho, em seu discurso de posse, Vélez reafirmou seu compromisso com o combate a ideologia de gênero, com frases como “o Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”, e que sua proposta educacional teria inspiração liberal-conservadora. Sua demissão teve como justificativa falta de expertise e gestão, e foi impulsionada por suas declarações polêmicas (SHALDERS; ALVIM, 2019).

Na sequência, entre 9 de abril de 2019 e 19 de junho 2020, ocupou a pasta o economista e professor Abraham Weintraub. Na posse do ministro, Bolsonaro destacou: “nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece realmente aprender coisas que possam levar a quem sabe ao Espaço no futuro” (LINDNER, 2019). Sempre polêmico, Weintraub pautou sua atuação em declarações controversas e em desconformidade com a língua culta. Sua gestão foi responsável por sequenciais cortes no orçamento das universidades públicas federais, por ataques à ciência e aos servidores públicos, além de ofensas ao presidente da França Emmanuel Macron, aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e ataques a China. Weintraub deixou o cargo com cerca de 60 interpelações judiciais e uma investigação por crime de racismo (GAZETA DO POVO, 2019).

Em 26 de junho, o governo anunciou o economista e professor Carlos Alberto Decotelli como o terceiro ministro da Educação. No entanto, Decotelli não chegou a

assumir a pasta porque foram constatadas fraudes em seu currículo e suspeitas de irregularidades durante sua gestão no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020).

Em 16 de julho de 2020 quem passou a ocupar o cargo de ministro da Educação no Brasil foi o teólogo e pastor Milton Ribeiro. Embora no discurso de posse tenha se comprometido a seguir o Estado laico e a manter "grande diálogo com acadêmicos e educadores", Ribeiro reacendeu pautas ideológicas para garantir apoio da militância bolsonarista. Em uma das muitas polêmicas de sua gestão, a do ENEM (Exame Nacional de Ensino médio), após o pedido de demissão de vários servidores, o ministro declarou que o Exame passaria a ser alinhado com o governo no sentido de competência, honestidade e seriedade: "essa é a cara do governo. Não temos nenhum ministro preso, nenhum caso de corrupção. Isso é importante" (CARTA CAPITAL, 2021). Ironicamente, Ribeiro, que teve seu pedido de exoneração do cargo aceito em 28 de março de 2022, foi o primeiro ministro do governo Bolsonaro preso. Sua demissão aconteceu à pedido, uma semana depois da divulgação de gravação na qual o ministro diz liberar verbas da pasta por indicação de dois pastores a pedido de Bolsonaro (G1, 2022).

O quinto ministro de Bolsonaro na pasta da educação é Victor Godoy. Com a vacância, Godoy, secretário executivo do MEC desde a chegada de Ribeiro, assumiu interinamente a pasta até ser nomeado em 18 de abril de 2022 (MEDEIROS; CAFARDO, 2022). Certamente o menos polêmico dos ministros que ocuparam a pasta por indicação de Jair Bolsonaro, Godoy pouco apareceu. O maior exposição de Godoy aconteceu com a defesa que fez de Bolsonaro ao criticar o "uso político" das informações sobre o decreto que limita repasses às universidades (PODER 360, 2022).

As declarações dos ministros, sempre com repercussão midiática, invariavelmente tiveram como escopo fragilizar a credibilidade das universidades federais. Subjacente aos discursos, a transmissão da ideia de que as mesmas são ineficientes e responsáveis pelo desperdício expressivo de dinheiro público. Os servidores públicos também foram e são alvos de processos sistemáticos de desvalorização.

Outro importante núcleo de poder do governo Bolsonaro é o econômico liberalizante, conduzido pelo ministro da Economia Paulo Guedes. Guedes nunca foi filiado a nenhum partido político e com frequência cita em seus discursos que o país sente os efeitos da recessão de 2014, a qual, em sua visão liberal, decorre dos gastos públicos (OREIRO, 2017), inclusive comparando os servidores públicos a parasitas (G1, 2020).

O desmonte das universidades federais brasileiras apresenta profunda similitude com o que vem ocorrendo em países governados pela extrema direita. O discurso antifaculdade (ou universidade) tem se fortalecido e ganhando estrutura agressiva entre as elites políticas e empresariais de base conservadora e neoliberal. Sukarieh e Tannock (2020) enxergam no movimento um projeto de desescolarização de cima, organizado pela elite capitalista global (neoliberal), para desacreditar o ensino superior e a universidade. O projeto, normalmente, está associado com outro, o da preparação técnica e profissional de uma força de trabalho desescolarizada.

O ataque às universidades foi também identificado em estudos que analisaram o movimento a partir: do controle estatal do ensino superior (FORRAT, 2016); da falta de apoio estatal às universidades públicas (REIFF, 2014); do ataque dos conservadores da direita à ciência e ao significado social do conhecimento (ANDREA, 2018; ARBEN FOX, 2007; HILL; WILSON; WATSON, 2004; OCHKINA, 2018; WATSON, 2000); do ataque dos conservadores da direita à liberdade acadêmica (ORZECK, 2012); do ataque neoliberal à ideia de ensino superior público (HOLMWOOD; BHAMBRA, 2012); da utilização de meios de comunicação em redes sociais para fabricar a identidade política neoliberal (COLLIER et al., 2019); do assédio público e repressão política da academia e a neoliberalização do ensino superior (DOĞAN; SELENICA, 2022; DÖNMEZ; DUMAN, 2020; FERBER, 2018; MANDELL, 2018); do ataque neoliberal aos professores e à formação direcionada para a

consciência política (GIROUX, 2016; RIEMER, 2016); da precarização do trabalho no ensino superior, enfraquecimento da instituição e das organizações sindicais (MANCEBO et al., 2020); da mercantilização do ensino superior (LOVEDAY, 2021); e dos ataques de Trump e o uso de *fake news* (PAIK, 2020; SWARTZ, 2020).

A associação entre Bolsonaro e *fake news* já foi objeto de estudos. Santana e Lery Miranda (2021) investigaram afirmações feitas pelo candidato à presidência Bolsonaro sobre a existência de um kit gay distribuídos nas escolas públicas do Brasil. Rezende Ribeiro (2020) analisou algumas *fake news*, entre elas sobre o kit gay. Ambos constataram a improcedência das afirmações. Davis e Straubhaar (2020) constataram que na eleição de Bolsonaro foram utilizados meios ilícitos. Entre os meios utilizados, *fake news* espalhadas principalmente por meio de mensagens via o aplicativo WhatsApp. Rodrigues e Ferreira (2020) identificaram que no Brasil, o governo Bolsonaro incita fortemente a prática das *fake news* na construção de suas narrativas, de tal maneira a produzir uma fronteira com seus opositores. Viscardi (2020) constatou que na maioria dos casos, Bolsonaro enquadra como mentiras e *fake news* tudo o que é dito pelos demais partidos e pela imprensa, atribuindo a verdade exclusivamente para o que ele e seus aliados dizem e fazem. As *fakes news* direcionadas contra as universidades federais brasileiras não foram objeto de nenhum estudo.

Na lacuna identificada, o presente estudo tem como objetivo analisar os ataques feitos por meio de *fake news* pelo grupo de Bolsonaro contra as universidades federais brasileiras. Tem-se a clareza que o conceito *fake news* é recente e ainda pouco explorado academicamente. Sua incorporação nas bases Scopus e Web of Science aconteceu apenas em 2018, e sua difusão se deve principalmente ao ex-presidente do Estados Unidos Donald Trump.

## **2. Métodos**

A presente pesquisa, desenhada metodologicamente como um estudo de caso, se debruça sobre polêmicas produzidas pelo atual governo brasileiro envolvendo as universidades e os servidores públicos federais com destaque midiático.

O corpus de pesquisa foi constituído por matérias jornalísticas contendo falas do presidente Jair Bolsonaro e seus ministros da Educação e Economia em relação as universidades federais e os servidores públicos, no período entre janeiro de 2019 e novembro de 2022. Para evitar vieses, optou-se por extrair dos documentos selecionados a fala dos atores emissores dos discursos. Todas as matérias utilizadas foram trianguladas. Adicionalmente foram levantados artigos científicos relacionados a educação superior no Brasil.

O procedimento analítico utilizado foi o da análise de conteúdo que, dentro do campo lógico-semântico, seguiu as etapas preconizadas por Bardin (1977). De acordo com o modelo, foram percorridos os seguintes passos: recorte dos discursos e documentos em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) agrupando-os tematicamente em categorias iniciais e finais; das 28 categorias iniciais, foram extraídas três categorias finais: a universidade não é para todos; financiamento para o ensino superior; e *fake news*. As categorias finais foram utilizadas na etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados significativos e válidos para a consecução dos objetivos previstos.

## **3. Resultados e discussão**

### **3.1 A universidade não é para todos**

Dentre as dissensões que assinalam o governo Bolsonaro, a contida na narrativa de que a universidade não é para todos. Este discurso foi defendido pelos ministros da Educação Vélz Rodríguez, Weintraub, Milton Ribeiro e pelo ministro da Economia Paulo Guedes. A declaração de Vélz Rodríguez de que “a ideia de universidade para todos não existe” e que o ensino superior deve ser reservado apenas à elite intelectual foi dada ao jornal Valor Econômico (PASSARELLI, 2019), e utilizada para justificar a manutenção do ensino técnico como um dos principais pilares da educação (BASILIO, 2019). Weintraub utilizou a mesma narrativa para revogar a política de inclusão para negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, poucas horas antes de deixar o cargo de ministro e sem justificativa para o ato (OLIVEIRA, 2020). Ribeiro declarou à TV Brasil que a “universidade deveria [...] ser para poucos, nesse sentido ser útil à sociedade”, defendendo que o futuro seja pautado pelos Institutos Federais, capazes de formar técnicos de nível médio. O ministro também alegou que “tem muito engenheiro ou advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida. Se fosse um técnico de informática, conseguiria emprego [...]” (PINHO, 2021). Paulo Guedes reforçou esta narrativa ao criticar os programas que garantem o acesso à educação superior, afirmando ainda que Fies<sup>1</sup> (Fundo de financiamento estudantil) é “bolsa para todo mundo” (NDB NOTÍCIAS DO BRASIL, 2021).

As declarações dos ministros evidenciam o interesse do governo no desmonte da educação pública no Brasil, especialmente da educação superior que experimenta debates sobre a privatização do ensino, censura dos conteúdos programáticos, interferência na nomeação dos reitores pelo presidente, além da redução de recursos para a educação (LUSA et al., 2019).

O projeto de desqualificação das universidades, converge para a privatização do ensino superior e consequentemente para sua elitização, além de estar completamente em desacordo com o Plano Nacional de Educação (2014-2024) (ECHALAR; LIMA; OLIVEIRA, 2020; MINTO, 2018). Como presidente, Bolsonaro pouco fez para cumprir sua promessa de priorizar a ciência e a tecnologia e aumentar os gastos do Brasil em P&D de 1% para 3% do PIB (ANGELO, 2019; ESCOBAR, 2019a). Discursos que reforçam que há ou deveria haver maior investimento na educação técnica-profissionalizante são constantes na pasta do Ministério da Educação (BAPTISTA, 2021), apesar da ausência de uma política clara para os cursos técnicos (SALDAÑA, 2021). O Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2018; 2021) mostrou que o aumento de matrículas no ensino superior no Brasil reflete as tendências observadas em outros países filiados, embora a partir de uma base inicial mais baixa. O Brasil permanece com taxas de realização consideradas insuficientes pelos padrões internacionais: 21% dos seus jovens estavam matriculados no ensino superior em 2018, contra a média dos países que compõem a OCDE que é de 34% (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2021).

No Relatório de 2021, a OCDE destacou que as políticas públicas como o Fies, ProUni<sup>2</sup> e o sistema de cotas foram essenciais para garantir, nos últimos anos, maior equidade no acesso ao ensino superior (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2021). Adicionalmente, o Relatório refuta a visão dos ministros ao afirmar que os portadores de diploma de nível superior no Brasil têm uma expectativa de renda notavelmente maior do que a média dos países da OCDE. Um

---

<sup>1</sup> O Fies é um programa do Ministério da Educação para a concessão de crédito aos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior privadas. O programa foi implementado em 2001, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, e passou por reformulações ao longo dos anos.

<sup>2</sup> O ProUni (Programa Universidade para Todos) é um programa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais em instituições particulares de educação superior, incentivando-as a destinarem gratuitamente 10% (dez por cento) das suas vagas para estudantes de baixa renda. O programa foi implementado em 2005, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

diploma de bacharel no Brasil poderá garantir um salário 2,4 vezes maior que um certificado de conclusão do ensino médio (média OCDE: 1,5) e um diploma de mestrado ou doutorado garantirá quase 4,5 vezes mais (média OCDE: 2,0).

As ações e falas supracitadas violam o direito fundamental à educação, garantido pelo artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2016). Ademais, os artigos 205 e 206 da Constituição reiteram que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, e garantem o acesso à educação de qualidade e gratuita, marcada por pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e por uma gestão democrática do ensino público.

Os processos de desmonte das universidades e da educação transformadora e emancipatória dificultam, ou até mesmo impedem, na realidade concreta, que a educação superior seja um direito de todos e desobriga o Estado de seu dever constitucional. Na direção do capital, projeta-se no Brasil uma educação superior privada e para quem pode pagar.

### **3.2 Financiamento para o ensino superior**

Em abril de 2019, o presidente Bolsonaro publicou no Twitter que seu ministro da Educação Weintraub “estuda descentralizar (com o termo quis dizer ‘retirar’) investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas) [...] O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina” (G1, 2019). Mas, Weintraub foi além e decidiu cortar recursos das universidades criando como factóide a justificativa de que não obtiveram resultados esperados: “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. Dentre as universidades inicialmente atingidas estavam a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) (AGOSTINI, 2019). Essas três universidades criticadas estavam classificadas entre as melhores do mundo, conforme o conceituado World University Rankings 2020 (TIMES HIGHER EDUCATION, 2020), e, entre as onze instituições brasileiras que mais publicaram artigos científicos entre 2008 e 2017 na Web of Science (SALDAÑA, 2019). Posteriormente, quando o corte foi efetivado, todas as Universidades Federais sofreram redução importante de seus orçamentos (BBC, 2019). Os cortes tornaram-se sucessivos e chegaram nos estudantes de baixa renda com supressões de valores significativos nos Programas de Assistência Estudantil (MADEIRO, 2021).

Em meio à polêmica gerada pelos cortes, o ministro Weintraub lançou o controverso Projeto Future-se. O Future-se previa a criação de um fundo privado para o financiamento das universidades federais que aderissem ao projeto. Para a adesão, a gestão administrativa dessas instituições – e, em alguma medida, a do ensino – deveria ser feita por organizações sociais. O projeto foi refutado pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e pela quase totalidade dos Conselhos Universitários, organizações científicas e movimentos compromissados com a autonomia universitária (LEHER, 2021). Em essência, a proposta promoveria refuncionalização das universidades federais com a intervenção na sua administração e abria caminho para a diminuição da participação do Estado na sua manutenção (QUIROGA, 2020). Outra medida adotada por Weintraub foi o corte da metade dos recursos destinados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pela distribuição e pagamento das bolsas de mestrado e doutorado no Brasil e exterior (FÓRUM, 2019).

Além de ferir o princípio constitucional da autonomia universitária, atacar cursos na área de humanas e cortar verbas com o pretexto de que “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta”

(BORGES, 2019), esses atos estão alinhados com discursos anti-intelectuais e são usados com foco na privatização do ensino superior. O processo de privatização da educação superior é multifacetado e interage com uma rede de governança fortemente relacionada com os empresários da educação (ALMEIDA, 2019; SANTOS; CHAVES, 2020). Para Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, os argumentos utilizados pelo governo para reduzir o financiamento das universidades são falsos, e, acrescenta que o retorno econômico não é gerado diretamente pelo curso universitário, mas, pelo crescimento econômico e consequente utilização dessa formação intelectual e técnica (BASILIO, 2019).

Outra polêmica sobre os financiamentos para o ensino superior foi causada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ao criticar o Fies. Segundo Guedes, “[...] deram bolsa para quem não tinha nenhuma capacidade. Botaram todo mundo... Exageraram. Foram de um extremo ao outro. Então, eu tô falando isso porque nós temos que ter muito cuidado quando a gente vai entrar em credenciamento”. Ao comparar o sistema privado com o público, o ministro ainda classificou o FIES como desastre, e acrescentou que o Programa era um “voucher para pobres” (G1, 2021). O acesso ao Ensino Superior tornou-se mais equitativo nos últimos anos como resultado de políticas como Fies, ProUni e sistema de cotas. Mas, ainda assim, a formação superior no Brasil é baixa e centrada em instituições privadas (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2021). Das matrículas brasileiras no ensino superior, aproximadamente três quartos ocorrem nas instituições privadas. A média da OCDE é abaixo de um terço. Menor ainda é a formação pós-graduada, menos de um por cento da população de 25 a 64 anos possui o título de mestre. A média da OCDE é de 13% (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2021). Todavia, o FIES tem fundamental importância no subsídio para estudantes de baixa renda, cujo acesso não seria viável sem o programa que vem funcionando como instrumento de mitigação para a acentuada desigualdade social existente no Brasil (BECKER; MENDONÇA, 2021).

Apesar do crescimento exponencial no número de matrículas no Brasil, a questão do investimento público em instituições privadas é controversa. Em 2011 o Congresso iniciou o debate da utilização dos conceitos investimento público total e investimento público direto (NWABASIL, 2014). A adoção do investimento público em Educação, além da ajuda financeira aos estudantes (bolsas de estudos e financiamento estudantil), permitiu a contabilização de transferências para o setor privado no percentual do orçamento que deve ser empregado na educação (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020).

Em outra declaração polêmica, o ministro da Educação Weintraub afirmou que “para cada aluno de graduação poderia pagar 10 em creche”. A afirmação foi pautada no custo de um aluno de uma universidade federal (aproximadamente US\$ 6 mil anuais, segundo o ministro) com o de uma vaga em creche (aproximadamente US\$ 600 anuais) (O GLOBO, 2019), sem explicar a metodologia usada pelo MEC para chegar neste cálculo. Almeida (2019) identificou erro metodológico na tese do alto custo do aluno da universidade pública. Todas as universidades públicas têm computado em seus custos: hospitais, restaurantes universitários com descontos ou subsídios para alunos de baixa renda, museus, centros de divulgação científica, rádios, parques científicos, salários de aposentados (despesas com previdência), assistência estudantil, entre outras. Para o autor, o cálculo utilizado é errado e superestima o custo do aluno do ensino superior. São as universidades públicas que realizam intensa atividade de pesquisa e extensão. Fazer uma opção seria absolutamente equivocado, visto que ambas instituições são necessárias.

No Brasil, as universidades públicas são responsáveis por mais de 90% das produções científicas brasileiras, segundo dados da base Web of Science, compilados pela Clarivate Analytics. Das 50 instituições que mais produziram ciência no país, 44 são

universidades (destas 36 são federais, sete são estaduais e apenas uma é particular) e cinco são institutos de pesquisa mantidos com recursos públicos (CROSS; THOMSON; SINCLAIR, 2017; ESCOBAR, 2019b).

Esse conjunto de fatos, promovidos pelos ministros da educação e economia, retratam a pré-disposição para a produção intencional de desinformação e a existência de um projeto privatista das universidades federais. Há ações claras do governo federal voltadas para diminuição de recursos financeiros educacionais e da autonomia das Universidades. Os indícios apontam que o caminho utilizado é a desacreditação e desmonte deste patrimônio da sociedade brasileira.

### 3.3 Fake news

Além de criticar o Fies, durante uma reunião ministerial, sem saber que estava sendo gravado, o ministro da Economia Paulo Guedes atacou as universidades públicas afirmando que estas ensinam sexo para crianças de cinco anos e resumiu as universidades à maconha, bebida e droga (NALDIS, 2021). Guedes repetiu os mesmos factoides que já renderam a Weintraub uma condenação judicial e um processo do Ministério Público Federal por improbidade administrativa (VARELA; RIBEIRO, 2021). Seguindo a lógica bolsonarista, em entrevista publicada no canal do YouTube (JORNAL DA CIDADE ONLINE, 2020), Weintraub questionou a autonomia universitária:

Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia [...] Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas em algumas universidades, a ponto de ter borrifador de agrotóxico, porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, mas na maconha deles eles querem toda a tecnologia que tem à disposição. [Transcrição nossa]

O ministro disse, ainda, que as Faculdades de Química não eram centros de doutrinação, mas que agora estão “desenvolvendo laboratórios de droga sintética, de metáfetamina, porque a polícia não pode entrar nos campi [...]” e chamou as universidades de “*madraças de doutrinação*”, em referência às escolas islâmicas (JORNAL DA CIDADE ONLINE, 2020). Em nota, a Andifes afirmou que a declaração “ultrapassa todas as fronteiras [...] ofendendo a um só tempo toda a comunidade acadêmica e a fé muçulmana” (DIRETORIA DA ANDIFES, 2019).

A retórica agressiva dos ministros parece fazer parte do roteiro bolsonarista, capitaneada pelo presidente que declarou coisas como: “vontade de encher tua boca com porrada”, quando questionado sobre fraudes nos gabinetes (GAZETA DO POVO, 2020) e “acometido de uma gripezinha ou resfriadinho” (BBC, 2020), “*se morrer, morreu*’ [...] *‘todos irão morrer um dia*’, “[...] não sou coveiro” (GOMES, 2020) ao se manifestar sobre a pandemia do Covid-19. Narrativas como essas, tem como padrão, uma distorção da realidade, que é também evidente no discurso de Paulo Guedes quando afirmou que considera a educação privada mais eficiente do que a educação pública (NALDIS, 2021). São afirmações que afrontam a realidade. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2021) mostraram que entre as 245 universidades públicas avaliadas, 44% obtiveram notas 4 e 5 no Índice Geral de Cursos (IGC), as mais altas, e nenhuma instituição pública obteve nota 1. Entre as 1.821 instituições privadas, apenas 21% chegaram ns índices mais elevados, e seis instituições ficaram com nota 1 e 232 com nota 2. Na mesma linha e também de forma absolutamente equivocada, em entrevista à Rádio Jovem Pan (MARQUES, 2019), o presidente Bolsonaro afirmou que: “[...] nas universidades, você vai na questão da pesquisa, você não tem, poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte tá na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo”. Em resposta a este discurso, o



presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich destacou que são pesquisas realizadas nas universidades públicas que beneficiam a população e contribuem para a riqueza nacional, como a descoberta do pré-sal, avanços tecnológicos na agricultura, epidemias como a do vírus da zika, novos fármacos, alternativas energéticas, entre outras (ESCOBAR, 2019b).

Em matéria publicada pelo The Intercept são evidenciadas as táticas utilizadas pelo grupo de Bolsonaro na propagação de *fake news* por meio do gabinete do ódio<sup>3</sup>. A matéria decorreu das declarações do ministro Weintraub contra as universidades públicas. Os apoiadores do governo Bolsonaro, em ato contínuo, passaram a divulgar via o aplicativo Whatsapp fotos e vídeos de pessoas peladas, seguidas de legendas como: “Veja em que se transformaram nossas Universidades Federais! É UM ABSURDO” (PAVARIN, 2019).

Em outro discurso, Jair Bolsonaro afirmou: “não vou entrar em detalhes, mas o Estado foi muito inchado. Não estou dizendo que não precisa de professor, mas o excesso atrapalha” (BITTENCOURT, 2021). A afirmação, como é contumaz, vem desacompanha de dados e congruência com a realidade. Percebe-se, no processo, a clara intenção da desinformação. O caminho que pode ser vislumbrado é o de uma *fake news* ampla e sequencialmente repetida se torna uma pós-verdade. Com esta lógica, uma universidade disfuncional pode ser desmontada para ser privatizada.

#### 4. CONCLUSÃO

Alinhado com um projeto ultraneoliberal da economia, o grupo na presidência do Brasil utiliza dos meios de comunicação, incluindo as redes sociais, muitas vezes com *fake news*, para a fabricação de um ideário coletivo de ineficácia das universidades e também de que os professores (servidores públicos) são um mal para a economia do país. Entre os objetivos do intento, a privatização do ensino superior e a desescolarização. Não se pode negligenciar o poder deste tipo de ação que afronta os princípios basilares de um Estado Democrático de Direito.

#### REFERÊNCIAS

AGOSTINI, R. **MEC cortar a verba de universidade por balburdia e já mira UnB-UFF e UFBA**. Estadão.Edu [online], São Paulo, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ALMEIDA, W. M. Sobre o fim da gratuidade do ensino superior público brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 10-27, jul./set. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053146494>>. Acesso em: 15 out. 2022.

AMARAL, N. C. As universidades federais brasileiras sob ataque do governo Bolsonaro. **Propuesta Educativa**, Argentina, v. 2, n. 52, p. 127-138, nov. 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/4030/403062991011/403062991011.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

---

<sup>3</sup> Gabinete do ódio é a nomenclatura utilizada por integrantes do governo para se referir ao grupo formado por três servidores ligados ao vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PSC), filho do presidente Bolsonaro.

ANDREA, S. Why science's crisis should not become a political battling ground. **Futures**, v. 104, p. 85-90, Dec. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.futures.2018.07.006>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ANGELO, C. Brazil's government freezes nearly half of its science spending. **Nature**, v. 568, p. 155-156, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/d41586-019-01079-9>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ARBEN FOX, R. Making public education popular. **Theory and Research in Education**, v. 5, n. 2, p. 133-142, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1477878507077721>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BAPTISTA, R. **Ministro da Educação reforça defesa de ensino técnico e nega ser elitista**. Senado Notícias [online], 16 set. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/16/ministro-da-educacao-reforca-defesa-de-ensino-tecnico-e-nega-ter-sido-elitista>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASILIO, A. L. **Por que os cursos de Filosofia e Sociologia incomodam Bolsonaro?** Carta Capital [online], 26 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-que-os-cursos-de-filosofia-e-sociologia-incomodam-bolsonaro/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BBC NEWS BRASIL. **O histórico de polêmicas de Carlos Alberto Decotelli, que não será ministro da Educação**. Época Negócios [online], 20 jun. 2020. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/06/o-historico-de-polemicas-de-carlos-alberto-decotelli-que-nao-sera-ministro-da-educacao.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BBC. **2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega**. BBC News Brasil [online], 27 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BBC. **Weintraub deixa o governo: seis polêmicas que marcaram a gestão no Ministério da Educação**. BBC News Brasil [online], 18 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53058067>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BECKER, K. L.; MENDONÇA, M. J. C. Políticas de financiamento estudantil: análise de impacto do Fies no tempo de conclusão do ensino superior. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 551-581, maio/jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art11>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BITTENCOURT, J. **Bolsonaro: "o excesso de professores atrapalha"**; veja vídeo. Fórum [online], 17 set. 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-o-excesso-de-professores-atrapalha-veja-video/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade**: proposta de plano de governo. 2018. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1U\\_KjwjysNcW7gNOwcYhCcaKsz4JGXwbD/view](https://drive.google.com/file/d/1U_KjwjysNcW7gNOwcYhCcaKsz4JGXwbD/view)>. Acesso em: 15 out. 2022.

BORGES, H. **Bolsonaro defende cortes em cursos de Humanas e diz que dinheiro do contribuinte deve ir para 'leitura, escrita e fazer conta'**. O Globo Brasil [online], 26

abr. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-cortes-em-cursos-de-humanas-diz-que-dinheiro-do-contribuinte-deve-ir-para-leitura-escrita-fazer-conta-23623980>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

Disponível em:

<[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2022.

CARTA CAPITAL. **Enem terá a cara do governo na competência e na honestidade, diz ministro da Educação**. Carta Capital Educação, 17 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/enem-tera-a-cara-do-governo-na-competencia-e-na-honestidade-diz-ministro-da-educacao/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>>. Acesso em: 15 out. 2022.

COLLIER, D. A. et al. Americans 'support' the idea of tuition-free college: An exploration of sentiment and political identity signals otherwise. **Journal of Further and Higher Education**, v. 43, n. 3, p. 347-362, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/0309877X.2017.1361516>>. Acesso em: 15 out. 2022.

CROSS, D.; THOMSON, SI.; SINCLAIR, A. **Research in Brazil**: A report for CAPES by Clarivate Analytics. Clarivate Analytics. 2017. Disponível em: <<https://propp.ufms.br/files/2018/04/CAPES-In-Cites-Report-Final-2011-16.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

DAVIS, S.; STRAUBHAAR, J. Producing Antipetismo: Media activism and the rise of the radical, nationalist right in contemporary Brazil. **International Communication Gazette**, v. 82, n. 1, p. 82-100, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1748048519880731>>. Acesso em: 15 out. 2022.

DIRETORIA DA ANDIFES. **Declarações do ministro da Educação sobre as universidades federais**. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), 22 nov. 2019. Disponível em: <<https://anped.org.br/news/nota-andifes-declaracoes-do-ministro-da-educacao-sobre-universidades-federais>>. Acesso em: 15 out. 2022.

DOĞAN, S.; SELENICA, E. Authoritarianism and academic freedom in neoliberal Turkey. **Globalisation, Societies and Education**, v. 20, n. 2, p. 1-15, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14767724.2021.1899801>>. Acesso em: 15 out. 2022.

DÖNMEZ, P. E.; DUMAN, A. Marketisation of academia and authoritarian governments: The cases of Hungary and Turkey in critical perspective. **Critical Sociology**, p. 47, n. 2, p. 1127-1145, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0896920520976780>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ECHALAR, J. D.; LIMA, D. C. B. P.; OLIVEIRA, J. F. Plano Nacional de Educação (2014–2024) – o uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior. **Ensaio**:

**Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 109, p. 863-884, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802143>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ESCOBAR, H. **Fábricas de conhecimento: o que são, como funcionam e para que servem as universidades públicas de pesquisa**. *Jornal da USP* [online], São Paulo, 5 abr. 2019b. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/fabricas-de-conhecimento/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ESCOBAR, H. **We can't take another hit like this': Brazilian scientists lament big budget freeze**. *Science Insider Magazine*, 2019a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.aax6227>>. Acesso em: 15 out. 2022.

FERBER, A. L. "Are you willing to die for this work?" Public targeted online harassment in higher education: SWS presidential address. **Gender & Society**, v. 32, n. 3, p. 301-320, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/089124321876683>>. Acesso em: 15 out. 2022.

FORRAT, N. The political economy of Russian higher education: why does Putin support research universities? **Post-Soviet Affairs**, v. 32, n. 4, p. 299-337, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1060586X.2015.1051749>>. Acesso em: 15 out. 2022.

FÓRUM. **Weintraub anuncia corte de metade dos recursos da Capes em 2020 e federais devem continuar na mesma**. Fórum [online], 2 set. 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/weintraub-anuncia-corte-de-metade-dos-recursos-do-capes-em-2020-e-federais-devem-continuar-na-mesma/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

G1. **Bolsonaro diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia**. G1 Educação [online], 26 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2022.

G1. **Governo oficializa saída de Milton Ribeiro, quarto ministro da Educação de Bolsonaro**. G1 Política [online], 28 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/28/governo-oficializa-saida-de-milton-ribeiro-quarto-ministro-da-educacao-de-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2022.

G1. **Paulo Guedes compara servidores públicos com parasitas**. G1 Jornal Nacional [online], 7 fev. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/02/07/paulo-guedes-compara-servidores-publicos-com-parasitas.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2022.

G1. **Paulo Guedes diz que Fies é 'bolsa para todo mundo' e fala que filho de porteiro 'tirou zero na prova' e conseguiu financiamento**. G1 Educação [online], 20 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/30/paulo-guedes-critica-o-fies-e-diz-que-filho-de-porteiro-tirou-zero-na-prova-e-conseguiu-financiamento.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2022.

GAZETA DO POVO. **A inconcebível agressividade de Bolsonaro**. *Gazeta do Povo* [online], Curitiba, 24 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-inconcebivel-agressividade-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

GAZETA DO POVO. **Ministro Weintraub é alvo de 60 interpelações judiciais, diz revista.** Gazeta do Povo [online], Curitiba, 18 out. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/abraham-weintraub-interpelacoes-judiciais/>> Acesso em: 15 out. 2022.

GIROUX, H. A. Disposable futures: Neoliberalism's assault on higher education. **Límite**, v. 11, n. 35, p. 7-17, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/836/83646545001.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

GOMES, P. H. **'Não sou covheiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos.** G1 Política [online], Brasília, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2022.

HILL, S. B.; WILSON, S.; WATSON, K. Learning ecology. A new approach to learning and transforming ecological consciousness. In: O'SULLIVAN, E. V.; TAYLOR, M. M. (eds.). **Learning toward an ecological consciousness: Selected transformative practices.** New York: Palgrave Macmillan, 2004. p. 47-64. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-1-349-73178-7.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

HOLMWOOD, J.; BHAMBRA, G. K. The attack on education as a social right. **South Atlantic Quarterly**, v. 111, n. 2, p. 392-401, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1215/00382876-1548293>>. Acesso em: 15 out. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicadores financeiros educacionais.** Brasília: INEP, 26 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>>. Acesso em: 15 out. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicadores de qualidade da educação superior.** Brasília: INEP, 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>>. Acesso em: 15 out. 2022.

JORNAL DA CIDADE ONLINE. **Plantações de maconha e laboratório de metanfetamina nas universidades federais.** Jornal da Cidade Online [online], 21 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ah95ofO149q>>. Acesso em: 15 out. 2022.

LEHER, R. Universidade pública federal brasileira: Future-se e "guerra cultural" como expressões da autocracia burguesa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e241425, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.241425>>. Acesso em: 15 out. 2022.

LINDNER, J. **Bolsonaro não quer que "garotada" se interesse por política.** Terra Educação [online], 9 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,211a9fa2b6c6bb6c9b397689158ea9b65w335k5h.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

LOVEDAY, V. 'Under attack': Responsibility, crisis and survival anxiety amongst manager-academics in UK universities. **Sociological Review**, v. 69, n. 5, p. 903-919, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0038026121999209>>. Acesso em: 15 out. 2022.

LUSA, M. G. et al. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p536>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MACHADO, L. Z. From the time of rights to the time of intolerance. The neoconservative movement and the impact of the Bolsonaro government. Challenges for Brazilian anthropology. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 17, e17458, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-43412020v17d458>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MADEIRO, C. **Corte de R\$ 1 bi restringe assistência e extensão de universidades federais**. UOL Educação [online], 5 maio 2021. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/05/05/corte-de-r-1-bi-restringe-assistencia-e-extensao-de-universidades-federais.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MANCEBO, D. et al. O trabalho na educação superior. **Education Policy Analysis Archives**, Arizona, v. 28, n. 6, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5158/2363>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MANDELL, A. Tensions within the neoliberal university: sources of change and hope. **Critical Policy Studies**, v. 12, n. 1, p. 116-120, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19460171.2017.1403344>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MARQUES, L. **A ciência versus Bolsonaro**. Jornal da Unicamp [online]. Campinas: Unicamp, 23 abr. 2019. Disponível em: <[www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/ciencia-versus-bolsonaro](http://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/ciencia-versus-bolsonaro)>. Acesso em: 15 out. 2022.

SILVA, I. H. M. "Liberal na economia e conservador nos costumes": uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 107, e3610702, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3610702/2021>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MEDEIROS, D.; CAFARDO, R. **Quem é Victor Godoy, quinto ministro da Educação nomeado por Bolsonaro**. Estadão Política [online], São Paulo, 18 abr. 2022. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,quem-victor-godoy-veiga-quarto-ministro-educacao-mec-bolsonaro-npr,70004041559>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MINTO, L. W. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230011, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230011>>. Acesso em: 15 out. 2022.

NALDIS, G. **Guedes imita usuário de drogas e critica universidades: "maconha à vontade"**. Economia IG [online], 11 maio 2021. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2021-05-11/guedes-universidades-publicas-maconha.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

NDB NOTÍCIAS DO BRASIL. **Paulo Guedes diz que Fies é 'bolsa para todo mundo' e fala que filho de porteiro 'tirou zero na prova' e conseguiu financiamento**. NDB Notícias do Brasil [online], 30 abr. 2021. Disponível em: <<https://noticias-do->

[brasil.com/educacao/2021/04/30/paulo-guedes-diz-que-fies-e-39bolsa-para-todo-mundo39-e-fala-que-filho-de-porteiro-39tirou-zero-na-prova39-e-consegiu-financiamento.html](https://brasil.com/educacao/2021/04/30/paulo-guedes-diz-que-fies-e-39bolsa-para-todo-mundo39-e-fala-que-filho-de-porteiro-39tirou-zero-na-prova39-e-consegiu-financiamento.html)>. Acesso em: 15 out. 2022.

NWABASIL, M. Q. **Investimento público em instituições privadas de ensino gera polêmica em plano de educação**. R7 Educação [online], 16 jun. 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/educacao/investimento-publico-em-instituicoes-privadas-de-ensino-gera-polemica-em-plano-de-educacao-17122014>>. Acesso em: 15 out. 2022.

O GLOBO. **Para cada aluno de graduação poderia pagar 10 em creche**. O Globo Brasil [online], 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/para-cada-aluno-de-graduacao-poderia-pagar-dez-em-creche-diz-ministro-da-educacao-23633807>>. Acesso em: 15 out. 2022.

OCHKINA, A. Education as fictitious capital: The crisis of social importance of knowledge. **Philosophical Literary Journal Logos**, v. 28, n. 6, p. 105-130, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22394/0869-5377-2018-6-105-128>>. Acesso em: 15 out. 2022.

OLIVEIRA, J. **Weintraub deixa Ministério da Educação, mas antes revoga cotas para negros e indígenas na pós-graduação**. El País Brasil [online], 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-18/prestes-a-deixar-cargo-weintraub-revoga-portaria-de-cotas-a-negros-e-indigenas-na-pos-graduacao.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 75-88, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890009>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) (2018). **Repensando a garantia de qualidade para o ensino superior no Brasil**. OECD, 2018. Disponível em: <<https://fdocumentos.tips/document/repensando-a-garantia-de-qualidade-para-o-ensino-superior-no-2019-04-08-revises.html?page=1>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **A educação no Brasil: uma perspectiva internacional**. OECD, 2021. Disponível em: <[https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil\\_uma-perspectiva-internacional.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2022.

ORZECK, R. Academic freedom, intellectual diversity, and the place of politics in geography. **Antipode**, v. 44, n. 4, p. 1449-1469, Sep. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2011.00965.x>>. Acesso em: 15 out. 2022.

PAIK, A. N. Universities, unjust law, and campus sanctuaries. **Departures in Critical Qualitative Research**, California, v. 9, n. 1, p. 95-100, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1525/dcqr.2020.9.1.95>>. Acesso em: 15 out. 2022.

PASSARELLI, H. **'Ideia de universidade para todos não existe', diz ministro da Educação**. Valor Econômico [online], 28 jan. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2022.

PAVARIN, G. **Como a milícia digital bolsonarista resgatou sua máquina de fake news para atacar universitários**. The Intercept\_Brasil [online], 15 maio 2019. Disponível

em: <<https://theintercept.com/2019/05/14/milicia-digital-bolsonarista-contra-universidades/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

PINHO, A. **Ao contrário do que diz ministro, se engenheiros viram Uber, culpa não é da universidade**. Folha de São Paulo [online], São Paulo, 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/ao-contrario-do-que-diz-ministro-se-engenheiros-viram-uber-culpa-nao-e-da-universidade.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2022.

PODER 360. **“Não há corte no orçamento do MEC”, diz ministro Victor Godoy**. Poder 360 [online]. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/educacao/nao-ha-corte-no-orcamento-do-mec-diz-ministro-victor-godoy/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

QUIROGA, F. L. Crítica ao programa future-se: autonomia como dispositivo de desativação do papel do Estado sobre Institutos e Universidades Federais. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 14, n. 52, p. 1-16, dez. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v14i0.74230>>. Acesso em: 15 out. 2022.

REIFF, M. R. How to pay for public education. **Theory and Research in Education**, v. 12, n. 1, p. 4-52, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1477878513517344>>. Acesso em: 15 out. 2022.

REZENDE RIBEIRO, R. La réinfosphère brésilienne: fake news et intolérance dans la vie quotidienne numérique. **Sociétés**, v. 147, n. 1, p. 43-52, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3917/soc.147.0043>>. Acesso em: 15 out. 2022.

RIEMER, N. Academics, the humanities and the enclosure of knowledge: the worm in the fruit. **Australian Universities' Review**, v. 58, n. 2, p. 33-41, 2016. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1113445.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

RODRIGUES, T.; FERREIRA, D. Estratégias digitais dos populismos de esquerda e de direita: Brasil e Espanha em perspectiva comparada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1070-1086, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/01031813715921620200520>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SALDAÑA, P. **MEC estende corte de 30% de verbas a todas universidades federais**. Folha de São Paulo [online], São Paulo, 30 abr. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-estende-corte-de-30-de-verbas-a-todas-universidades-federais.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SALDAÑA, P. **Sem política federal, ensino técnico tem matrículas estagnadas**. Folha de São Paulo [online], São Paulo, 18 jun. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/sem-politica-federal-ensino-tecnico-tem-matriculadas.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SANTANA, P. B.; LERY MIRANDA, J. Veracidade e narrativa: os critérios de verdade na entrevista de Bolsonaro ao Jornal Nacional. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 189-199, 2021. Disponível em: <<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3525>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SANTOS, A. V.; CHAVES, V. L. J. Influência de atores privados no fortalecimento da privatização da educação superior brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e241276, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.241276>>. Acesso em: 15 out. 2022.



SHALDERS, A.; ALVIM, M. **A crise que derrubou o ministro Vézé em 9 tuítes**. BBC News Brasil [online]. 8 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47742413>>. Acesso em: 14 out. 2021.

SUKARIEH, M.; TANNOCK, S. Deschooling from above. **Race & Class**, v. 61, n. 4, p. 68-86, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0306396819889294>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SWARTZ, D. L. The academic Trumpists: American professors who support the Trump presidency. **Theory and Society**, v. 49, p. 493-531, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11186-020-09391-4>>. Acesso em: 15 out. 2022.

TIMES HIGHER EDUCATION. **World University Rankings 2020**. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2020/world-ranking>>. Acesso em: 15 out. 2022.

VARELA, G.; RIBEIRO, M. **MPF pede condenação de Weintraub por improbidade administrativa**. CNN Brasil [online], 22 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mpf-pede-condenacao-de-weintraub-por-improbidade-administrativa/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

VISCARDI, J. M. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/01031813715891620200520>>. Acesso em: 15 out. 2022.

WATSON, D. The new attack on higher education. **Perspectives: Policy and Practice in Higher Education**, v. 4, n. 4, p. 90-94, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13603100050145146>>. Acesso em: 15 out. 2022.